



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA
- ANO DE 2020 -**

MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PREÂMBULO	3
3. PROCEDIMENTOS EFETUADOS	5
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
4.1 BALANÇO	8
4.2 NOTAS AO BALANÇO	10
4.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	26
4.4 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	27
5. ENDIVIDAMENTO / DÍVIDA TOTAL	36
6. CONTROLO ORÇAMENTAL	38
7. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	47
8. CONTABILIDADE DE GESTÃO	48
9. CONTROLO INTERNO	48
10. PLANO PREVENÇÃO RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES	49
11. FACTOS SUBSEQUENTES	49
12. RELATÓRIO DE GESTÃO	49
13. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	49
14. CONCLUSÕES	49
14.1 RESERVAS	50
14.2 ÊNFASES	50
15. AGRADECIMENTOS	50





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE ARRAIÓLOS**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 25 de junho de 2021.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PREÂMBULO

i) Situação Conjuntural

1. O ano agora em análise, foi fortemente influenciado pela situação pandémica que se vem vivendo no País e no Mundo, fruto do vírus COVID-19. De facto, não se esperava que 2020 fosse assombrado pela pandemia provocada por aquele vírus.
2. A atual crise pandémica mostra que, assim como nas alterações climáticas, existem desafios globais a serem colocados, nomeadamente a forte interdependência nos fluxos de comércio de bens e serviços, capitais e pessoas, refletidas em grande parte pelo progresso tecnológico, que, não obstante a melhoria significativa do bem-estar em geral, leva a uma rápida propagação destes choques.
3. A expectativa de que os impactos económicos derivados da pandemia tivessem um reflexo reduzido no espaço temporal, parece estar a esgotar-se, pelo que os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento.
4. Os Municípios, enquanto gestores de espaços territoriais, têm estado na linha da frente no combate à pandemia, pelo que a análise que se possa fazer a este ano, deverão ter em conta as necessidades que os Municípios tiveram, e têm, em dar resposta a um conjunto de circunstâncias





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

para que a vida comunitária no seu espaço territorial, e no conjunto Nacional em que operam, possa mitigar as dificuldades que a população vai sentindo.

5. Nesta conformidade, as previsões orçamentais iniciais sofreram alterações que devem ser analisadas à luz dos atuais condicionalismos em que a nossa vida coletiva se desenvolve.
6. Note-se que os efeitos da pandemia e a legislação subsequente fizeram com que neste ano não se apliquem nomeadamente: a regra do equilíbrio orçamental, nem a margem de 20% utilizável para poder aumentar o limite da dívida, conforme descrito na Lei 12/2020, de 7 de maio.

ii) Normativo Contabilístico

1. O SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, aplicável a toda a administração pública, revogando o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e, com ele, o plano setorial aplicável às Autarquias Locais (POCAL), aprovado pela Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com exceção das normas previstas nos pontos 2.9, 3.3 e 8.3, relativas, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações orçamentais. Entrou em vigor, para as autarquias locais, a 01/01/2020.
2. No âmbito da adoção pela primeira vez do SNC-AP, o Município deve:
 - Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
 - Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
 - Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
 - Aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.
3. A aplicação do novo normativo implicou o reconhecimento de ajustamentos resultantes da mudança de Políticas Contabilísticas, que de acordo com a NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas e Erros, deveria conduzir à reexpressão de anos anteriores. No entanto, o Manual de Implementação vem referir que as primeiras demonstrações financeiras devem incluir o ano anterior como informação comparativa sem necessidade de reexpressar a mesma, de acordo com as NCP.
4. A informação relativa ao ano anterior poderá basear-se no POCP ou planos setoriais, através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. A análise comparativa encontra-se prejudicada nas áreas de ativos tangíveis, ativos intangíveis, acréscimos e diferimentos, inventários, gastos, património líquido, entre outros.
6. Por forma a mantermos uma análise comparativa no nosso relatório, optámos por calcular os comparativos de 2019, tendo por base o Pano de Conversão POCAL - SNC-AP, facultado pelo Município.
7. Assim, aconselhamos que as análises que possam ser feitas aos comparativos sejam efetuadas com a prudência que as alterações do normativo implicam.

3. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2020, tendo confirmado os valores do Caixa;
 - b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos gastos e rendimentos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspecionámos os principais elementos do ativo fixo tangível, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros tendo em vista verificar se foram atualizadas as participações existentes, através do método da equivalência patrimonial ou outro;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
- Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais, de acordo com a Guia de Aplicação Técnica nº 18 da OROC;
 - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
 - Transferências e subsídios correntes;
 - Gastos com Pessoal;
 - Outros gastos operacionais;
 - Depreciações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
 - Ajustamentos para riscos e encargos;
 - Gastos Financeiros;
 - Gastos Extraordinários;
 - Vendas e Prestações de Serviços;
 - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;
 - Proveitos e Rendimentos Financeiros;
 - Proveitos e Rendimentos Extraordinários;
- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Financiamentos Obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de Património Líquido e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outras Contas a Pagar e a Receber;
- q) Verificámos a situação fiscal e a adequada contabilização dos impostos, bem como a situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31-12-2020	31-12-2019	Absoluta	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	43 642 395	49 258 525	-5 616 130	-11,40%
Propriedades de investimento	0	0	0	-
Ativos intangíveis	119 092	151 111	-32 019	-21,19%
Investimentos financeiros	312 336	312 336	0	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	3 167	0	3 167	-
Diferimentos	692 232	0	692 232	-
Total	44 769 221	49 721 972	-4 952 750	-9,96%
Ativo corrente				
Inventários	75 839	95 880	-20 041	-20,90%
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	31.200	221 822	-190 622	-85,93%
Clientes, contribuintes e utentes	110 605	91 527	19 078	20,84%
Estado e outros entes públicos	0	0	0	-
Outras contas a receber	626 257	781 929	-155 672	-19,91%
Diferimentos	27 343	15 179	12 164	80,14%
Outros ativos financeiros	0	0	0	-
Caixa e depósitos	2 609 413	1 060 863	1 548 550	145,97%
Total	3 480 657	2 267 200	1 213 457	53,52%
Total do Ativo	48 249 878	51 989 172	-3 739 294	-7,19%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	à data de		Variação	
	31-12-2020	31-12-2019	Absoluta	%
Património Líquido				
Património/Capital	32 258 465	32 258 465	0	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	-
Reservas	317 625	317 625	0	0,00%
Resultados transitados	1 406 042	4 523 184	-3 117 141	-68,91%
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0	0	-
Outras variações no Património Líquido	10.974.510	12 891 333	-1 916 823	-14,87%
Resultado líquido do período	-352 617	-1 478 453	1 125 836	-76,15%
Total	44 604 025	48 512 154	-3 908 128	-8,06%
Passivo corrente				
Provisões	0	0	0	-
Financiamentos obtidos	1 753 815	1 783 277	-29 462	-1,65%
Fornecedores de investimento	0	0	0	-
Diferimentos	334	231	103	44,50%
Total	1 754 150	1 783 509	-29 359	-1,65%
Passivo corrente				
Credores por transf. e subsídios concedidos	692 232	0	692 232	-
Fornecedores	105 328	156 633	-51 305	-32,75%
Estado e outros entes públicos	54 957	72 973	-18 016	-24,69%
Financiamentos obtidos	466 565	577 849	-111 284	-19,26%
Fornecedores de investimentos	26 241	187 179	-160 938	-85,98%
Outras dívidas a pagar	546 380	678 715	-132 335	-19,50%
Diferimentos	0	20 160	-20 160	-100,00%
Total	1 891 703	1 693 509	198 194	11,70%
Total do Passivo	3 645 853	3 477 018	168 835	4,86%
Total do Património Líquido e Passivo	48 249 878	51 989 172	-3 739 294	-7,19%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO NÃO CORRENTE

4.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

- a. O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado Líquido do Município no ano de 2020, por comparação com o ano de 2019:

	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	2 394 523	2 423 982	-29 459	-1,22%
Edifícios e outras construções	494 493	0	494 493	-
Infraestruturas	60 639 170	60 916 839	-277 669	-0,46%
Património histórico, artístico e cultural	507 633	30 646	476 987	1556,42%
Outros bens de domínio público	0	298 621	-298 621	-100,00%
Terrenos e recursos naturais	5 129 281	5 123 820	5 460	0,11%
Edifícios e outras construções	23 808 845	21 381 224	2 427 621	11,35%
Equipamento básico	3 342 053	4 496 323	-1 154 270	-25,67%
Equipamento de transporte	2 619 681	2 567 721	51 961	2,02%
Equipamento administrativo	746 801	1 085 158	-338 357	-31,18%
Equipamentos biológicos	75 682	0	75 682	-
Outros ativos fixos tangíveis	1 718 203	676 774	1 041 429	153,88%
Depreciações acumuladas	-58 205 170	-51 198 677	-7 006 493	13,68%
Ativos fixos tangíveis em curso	333 156	1 456 093	-1 122 938	-77,12%
Adiantamentos por conta de investimentos	38 044	0	38 044	-
Total	43 642 395	49 258 525	-5 616 130	-11,40%

- b. Das nossas análises verificámos:

- i. Os ativos fixos foram inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, que inclui o custo de compra e outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem.
- ii. A mensuração subsequente é registada pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.
- iii. De acordo com a Portaria nº189/2016 de 14 de julho e FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística, a vida útil dos edifícios e outras construções, deverá ser atualizada para as vidas úteis referidas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento e aplicar retrospectivamente ao ano de aquisição.
- iv. No ano, houve um decréscimo de 5.616.130 euros de bens contabilizados nesta rubrica. Esta variação positiva contempla, por exemplo:
 - Aquisições do ano, em cerca de 968.084 euros;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- Alienações e abates no montante de 301.254 euros;
 - Reconhecimento de bens doados ao Município, no montante de 61.858 euros;
 - Transferência de imobilizado em curso em cerca de 1.980.193 euros, nomeadamente reabilitação do Cineteatro, arrelvamento sintético do campo de futebol e construção pista de atletismo;
 - Reconhecimento de trabalhos para a própria entidade no montante de 149.770 euros;
 - Regularizações decorrentes da aplicação pela 1ª vez do novo normativo contabilístico, no montante de 2.706.270 euros.
- v. Verificámos a concordância entre o mapa de depreciações e o ativo bruto e concluímos que todos os movimentos de 2020 foram reconhecidos no Património.
- vi. Verificamos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade tendo concluído que a variação nos mapas corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício, à regularização de amortizações decorrente do reconhecimento de bens que estavam por registar, à regularização proveniente de abates e à regularização proveniente da atualização das vidas úteis do CC2 aos edifícios e outras construções.
- vii. De acordo com o mencionado nas Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional as entidades poderão manter os códigos do CIBE para efeitos de inventário e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações, para todos os bens do ativo fixo tangível (exceto edifícios e outras construções) detidos à data de 31 de dezembro de 2016. Para os edifícios e outras construções (imóveis e direitos no CIBE), quer se trate de ativos fixos tangíveis, quer de propriedades de investimento, o respetivo cadastro e vida útil devem ser atualizados face às disposições do SNC-AP.
- viii. Existem bens que, apesar de totalmente depreciados, mantêm-se em uso pelo Município. Avaliar em 2021 necessidade de atualizar o seu valor contabilístico, tendo em conta o definido no Manual de Implementação do SNC e FAQ emitidas pela Comissão Normalização Contabilista.
- ix. O saldo do ativo fixo em curso registou um decréscimo de 31.084.894 euros, sendo o saldo a 31/12/2020 de 371.200 euros.
- x. O Município tem identificados acordos de concessão de serviços com as seguintes entidades: EDP e Águas Publicas do Alentejo, SA. De acordo com a NCP 4, acordo de concessão de serviços é um acordo vinculativo entre um concedente e um





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

concessionário em que: (a) O concessionário usa o ativo da concessão de serviços para prestar um serviço público em nome do concedente por um período de tempo especificado e (b) O concessionário é remunerado pelos seus serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços

- xi. De acordo com a NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, estamos perante o modelo da atribuição de um direito ao concessionário, quando o concedente não tiver uma obrigação incondicional de pagar dinheiro ou outro ativo financeiro ao concessionário pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria de um ativo de concessão de serviços, e dá ao concessionário o direito de obter rendimento de terceiros utilizadores.
- xii. Não foi possível, em 2020, reconhecer todos os ativos e passivos relacionados com estes acordos, que ainda não se encontrem evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Município. Deve o Município efetuar os movimentos de reconhecimentos em 2021, utilizando a premissa enunciada na IPSAS 33, que aguarda transposição nacional. Este fato está mencionado como ênfase na nossa CLC.
- xiii. Verificámos e validamos cerca os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.

4.2.2 Ativos Intangíveis

	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Ativos intangíveis de domínio público	0	0	0	-
Goodwill	0	0	0	-
Projetos de desenvolvimento	0	242 610	-242 610	-100,00%
Prog. computador e sistemas de informação	394 778	0	394 778	-
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	-
Amortizações acumuladas	-294 790	-150 120	-144 670	96,37%
Ativos intangíveis em curso	19 103	58 620	-39 517	-67,41%
Total	119 092	151 111	-32 019	-21,19%

- i. O decréscimo do ano contempla:
 - Aquisição de bens novos, no montante de 91.007 euros;
 - Regularizações decorrentes da aplicação pela 1ª vez do novo normativo contabilístico, no montante de 2.706.270 euros.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- ii. Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto e concluímos que todos os movimentos de 2020 foram reconhecidos no Património.
- iii. Verificámos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade e concluímos que a variação nos mapas corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício.
- iv. Verificámos e validámos cerca de 100% dos movimentos da conta, ao longo do ano forma emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- v. Existem bens que, apesar de totalmente depreciados, mantêm-se em uso pelo Município. Avaliar em 2021 a necessidade de atualizar o seu valor contabilístico. O Município não recorreu ao conteúdo da FAQ 25 segundo a qual poderia reverter até 50% das depreciações acumuladas a 1 de janeiro de 2020.
- vi. Verificámos e validamos todos movimentos da conta do ano. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.

4.2.3 Investimentos Financeiro

	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Investimentos em entidades controladas	0	0	0	-
Investimentos em associadas	0	0	0	-
Investimentos noutras entidades	312 336	312 336	0	0,00%
Amortizações acumuladas	0	0	0	-
Total	312 336	312 336	0	0,00%

- i. A rubrica de investimentos financeiros compreende o Fundo de Apoio Municipal (FAM).





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

II- ATIVO CORRENTE

4.2.4 Inventários

- a. As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b. A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Mercadorias	0	0	0	-
Matérias-Primas	532	5 615	-5 083	-90,52%
Matérias subsidiárias	1 662	1 436	226	15,74%
Peças e outros materiais	623	707	-84	-11,86%
Alimentação	0	69	-69	-100,00%
Outros Materiais diversos de consumo	85 650	97 687	-12 037	-12,32%
Perdas por imparidade acumuladas	-12 628	-9 633	-2 994	31,08%
Total	75 839	95 880	-20 041	-20,90%

- c. Solicitámos aos serviços do Município as listagens de existências valorizadas com referência a 31 de dezembro de 2020, as quais confirmam o valor apresentado nas demonstrações financeiras.
- d. No decurso do nosso trabalho, solicitámos aos serviços do Município as listagens de existências valorizadas com referência a 31 de dezembro de 2020, as quais confirmam o valor apresentados nas demonstrações financeiras.
- e. Após a análise à antiguidade de bens nem inventário constatou-se que existem diversos bens sem rotação nos últimos anos, o seu montante é de 12.628 euros. O Município reconheceu em imparidade o montante de 9.633 euros. Será ajustado em 2021.
- f. No decorrer de 2021 devem ser analisados os procedimentos para tratamento contabilístico dos autoconsumos de águas e perdas/quebras na rede., por forma a que sejam devidamente reconhecidas. De acordo com informação prestada pelo Município este procedimento iniciou-se em 2020 com a colocação de contadores nas diversas instalações municipais.
- g. Validámos o saldo da conta.

4.2.5 Devedores por Transferências, Clientes, Contribuintes e Utentes

- a. A conta apresenta um saldo de 144.972 euros, referente a:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Deved. por transf. e sub. não reembolsáveis obt.	31 200	221 822	-190 622	-85,93%
Cientes c/c				
Realizável até 12 meses	101 121	86 550	14 571	16,84%
Realizável a mais de 12 meses	3 167	0	3 167	-
Contribuintes	0	0	0	-
Utentes	540	246	294	119,73%
Cobrança Duvidosa	295 973	471 193	-175 220	-37,19%
Perdas por imparidade				
Realizável até 12 meses	-287 029	-466 461	179 432	-38,47%
Realizável a mais de 12 meses	0	0	0	-
Total	144 972	313 349	-168 377	-53,73%

- b. De acordo com informação recebida dos serviços do Município o montante por receber de pedidos de pagamento de subsídios ao investimento submetidos até 31/12/2020 é de 155.334 euros.
- c. Conciliámos o saldo da contabilidade com a receita por cobrar do DOREC e o mapa de controlo interno, o ativo está subavaliado em cerca de 124.134 euros e receita por cobrar está subavaliada em 123.137 euros. A divergência diz respeito ao procedimento de reconhecimento dos pedidos de pagamento relativos a subsídios ao investimento. A guia de receita/fatura deveria ser emitida pelo total da comparticipação solicitada e não pelo total recebido.
- d. A redução líquida das perdas por imparidade foi de 179 mil euros e corresponde à reversão da imparidade para dívida de impostos diretos e ao reforço da perda por imparidade para dívida de água.
- e. O saldo de clientes de cobrança duvidosa representa cerca de 74% do saldo de clientes/contribuente/utentes.
- f. Importa referir que, de acordo com a RGTAL, o prazo de prescrição para as taxas e maior parte dos outros tributos administrados pelas autarquias locais é de 8 anos e no que aos serviços de fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos, o prazo reduz para 6 meses.

4.2.6 Outras Contas a Receber

- a. A conta apresenta um saldo de 626.257 euros, conforme quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Impostos e taxas imputados ao período	532 649	670 207	-137 558	-20,52%
Devedores por acréscimos de rendimentos	61 940	66 112	-4 172	-6,31%
Devedores por alienação de ativos fixos	0	5 094	-5 094	-100,00%
Outros devedores	31 668	40 517	-8 848	-21,84%
Total	626 257	781 929	-155 672	-19,91%

- b. O saldo refletido nesta rubrica compreende, praticamente na sua totalidade, os saldos anteriores refletidos em POCAL, na rubrica de acréscimos de proveitos (conta 271).
- c. O saldo de “Impostos e taxas imputadas ao período” diz respeito ao IMI a cobrar em 2021, mas que é rendimento de 2020.
- d. Conforme referido na conta 70 do anexo das Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, as restituições de Impostos (IMI por exemplo) devem ser reconhecidas como gasto do exercício na rubrica 688115.
- e. O saldo de “Devedores por acréscimos de rendimentos” compreende o acréscimo de rendimentos, relativo a:
- Processamento da água, resíduos sólidos e saneamentos do mês de dezembro;
 - Receita de transportes e refeições escolares
- f. No decorrer da nossa auditoria circularizámos 1 entidade à data de 31 de dezembro. Foram obtidas respostas, das quais 0 foram concordantes com os saldos do Município e 1 discordantes.
- g. Para a resposta discordante foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as diferenças detetadas.
- h. O total do saldo circularizado corresponde a 100% do saldo a 31/12/2021 o que nos permite concluir pela exatidão do saldo apresentado.
- i. Validámos o saldo da conta.

4.2.7 Diferimentos

- a. Elevaram-se no ano de 2020 a 719.574 euros, divididos por médio e longo prazo e curto prazo, conforme quadro:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Transf. e sub. concedidos com condições				
A reconhecer até 12 meses	0	0	0	-
A reconhecer a mais de 12 meses	692 232	0	692 232	-
Outros	27 343	15 179	12 164	80,14%
Total	719 574	15 179	704 396	4640,64%

- b. O saldo de “outros” diz respeito a dispêndios (material de escritório, artigos de higiene e limpeza), anteriormente reconhecidos como inventário. Com a aplicação do novo normativo, estas despesas não cumprem os requisitos de mensuração da NCP 10 e de acordo com as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, se existirem no final do período de relato devem ser transferidos para a conta 281.
- c. O saldo de “transferências e subsídios e concedidos com condições” corresponde a gastos diferidos referentes ao contrato de eficiência energética que está a ser gerido pela CIMAC.
- d. Validámos o saldo da conta.

4.2.8 Caixa e Depósitos

- a. O saldo de caixa é de 1.366 euros.
- b. Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.
- c. A conta de Depósitos apresenta a seguinte decomposição:

	Valor		Variação
	31/12/2020	31/12/2019	€
Depósitos à ordem			
Santander Totta	28 124	80 960	-52 836
BPI	46 168	81 804	-35 636
BCP	97 335	97 440	-105
CGD	1 894 824	336 467	1 558 358
BIC	237 945	236 529	1 416
CCAM	286 888	201 236	85 652
Novo Banco	16 762	22 345	-5 583
Outros depósitos	0	0	0
Total	2 608 047	1 056 781	1 551 266

- d. Testámos todas reconciliações de dezembro e verificámos os movimentos em aberto.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- e. À data de 31 de dezembro de 2020 o valor global dos movimentos em reconciliação é de cerca de 3.497 euros e respeitam, na sua grande maioria a movimentos de dezembro, reconciliados em janeiro de 2021.
- f. De acordo com as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, a rubrica 133 regista os depósitos de valores recebidos que terão de ser devolvidos depois de concluído o prazo de caução estabelecido no contrato e em caso de cumprimento e a rubrica 2771 (Cauções) recebidas de terceiros é creditada por contrapartida da conta 133 - Depósitos de garantias e cauções,
- g. Por sua vez, Operações de tesouraria são as que geram influxos ou exfluxos de caixa (movimentam a tesouraria) mas não representam operações de execução orçamental (NCP 26). Os recebimentos e pagamentos por operações de tesouraria, nomeadamente as cauções em dinheiro são registadas nas contas desagregadas da conta 071 e os pagamentos nas contas desagregadas da conta 072, respetivamente.
- h. Conciliámos o saldo da rubrica "Depósitos de garantias e cauções" com a rubrica 0713 "Constituição e reforço de cauções e garantias" e 0723 "Devolução de cauções e garantias" e não detetámos divergências.
- i. Validámos os saldos da conta





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

III- PASSIVO NÃO CORRENTE

4.2.9 Provisões

- a. Não existem movimentos no ano.
- b. Não recebemos informação do departamento jurídico do Município, pelo que não nos possível saber se existem eventuais processos de que possam resultar responsabilidades para o Município.

4.2.10 Financiamentos Obtidos

- a. Confirmámos o saldo apresentado com um total de 2.220.381 euros (inclui Curto e ML Prazo), através da análise da informação que obtivemos de três fontes de informação - DGAL, Banco Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município.
Em resumo, o volume e valor dos empréstimos bancários existentes a 31/12/2020, e o seu comparativo com o final do ano de 2019 é o que consta do quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31/12/2020	31/12/2019	€	%
Médio Longo Prazo					
	Financiamentos não excecionados	1 451 569	1 209 940	241.629	19,97%
	Financiamentos excecionados	139 629	319 480	-179.851	-56,29%
	Locação financeira - viaturas	162 618	253 857	-91.240	-35,94%
	Total	1 753 815	1 783 277	-29 462	-1,65%
Curto Prazo					
	Financiamentos não excecionados	286 567	361 690	-75 123	-20,77%
	Financiamentos excecionados	179 998	194 069	-14 071	-7,25%
	BEI - EMPRÉSTIMO	0	22 090	-22 090	-100,00%
	Total	466 565	577 849	-111 284	-19,26%
	Total	2 220 381	2 361 127	-140 746	-5,96%

- e. No quadro, o valor apresentado inclui o passivo de curto prazo estimado em 466.565 euros e o de Médio e Longo Prazo em 1.753.815 euros.
- f. Os saldos contantes na contabilidade estão em conformidade com a informação obtida externamente.
- g. Está devidamente apresentado no Balanço o grau de exigibilidade de curto e de médio/longo prazo.
- h. Validámos os saldos da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

IV- PASSIVO CORRENTE

4.2.11 Credores por Transferências e Fornecedores

a. O saldo respeita a:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Credores transf. e sub. não reembolsáv.obt.	692 232	0	692 232	-
Fornecedores c/c				
Exigível até 12 meses	105 328	156 633	-51 305	-32,75%
Exigível mais 12 meses	0	0	0	-
Fornecedores - faturas em receção e conf.	0	0	0	-
Total	797 560	156 633	640 927	409,19%

- b. Conciliámos o saldo DE “Credores de transferências e subsídios não reembolsáveis” com as obrigações por pagar do DODES e detetámos que o saldo está refletido como obrigações por pagar para períodos futuros.
- c. No decorrer da nossa auditoria circularizámos 29 entidades à data de 31 de dezembro. Foram obtidas 19 respostas, das quais 14 foram concordantes com os saldos do Município e 5 discordantes.
- d. Para as respostas discordante foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as diferenças. Relativamente ao terceiro Rodoviária do Alentejo permanecem diferenças não materiais, que deverão ser analisadas e regularizadas em 2021.
- e. As restantes entidades que não responderam foram reconciliados os seus saldos com procedimentos alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes), não tendo sido detetadas distorções materiais.
- f. O total do saldo circularizado (89.656 euros) corresponde a 85% do saldo a 31/12/2020 o que nos permite concluir pela exatidão do saldo apresentado.
- g. Conciliamos o saldo de fornecedores com as obrigações por pagar do DODES e não detetámos divergências.
- h. Não existem pagamentos em atraso.
- i. Validámos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

- a. Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 54.957 euros. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Retenção impostos sobre rendimentos	23 944	43 967	-20 023	-45,54%
IVA	9 836	28 871	-19 035	-65,93%
Outros impostos	21	136	-115	-84,55%
Contribuições sistemas proteção social	21 156	0	21 156	-
Outras tributações	0	0	0	-
Total	54 957	72 973	-18 016	-24,69%

- b. Foram analisados as Certidões de não dívida da Autoridade Tributária, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, tendo-se confirmado que o Município tem as suas situações tributárias e contributivas regularizadas à data de 31 de dezembro de 2020.
- c. Saldos em aberto a 31/12/2020 foram confirmados pelos valores pagos em janeiro de 2021.
- d. Na análise efetuada à rubrica de Estado e Outros Entes Públicos não foram detetadas distorções.
- e. O encargo com contribuições da entidade para a CGA e SS de dezembro, no montante de 45.640 euros, deveria estar refletido em Estado e não deveria ser registado como acréscimo na rubrica 272.
- f. Validámos os saldos da conta.

4.2.13 Fornecedores de Investimentos

- a. O saldo é de 26.241 euros, conforme consta no quadro abaixo:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	26 241	187 179	-160 938	-85,98%
Faturas em receção e conferência	0	0	0	-
Factoring	0	0	0	-
Total	26 241	187 179	-160 938	-85,98%

- b. No decorrer da nossa auditoria circularizámos 18 entidades à data de 31 de dezembro. Foram obtidas 9 respostas, das quais 7 foram concordantes com os saldos do Município e 2 discordantes.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c. Para as respostas discordante foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, sendo necessário verificar em 2021, as divergências imateriais detetadas com o terceiro Livros da Ria Formosa, tendo sido justificadas as restantes diferenças detetadas.
- d. As restantes entidades que não responderam forma reconciliados os seus saldos com procedimento alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes, não tendo sido detetadas distorções materiais.
- e. O total do saldo circularizado corresponde a 80% do saldo a 31/12/2021 o que nos permite concluir pela exatidão do saldo apresentado.
- f. Validámos o saldo da conta.

4.2.14 Outras Contas a Pagar

- a. São os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Outros credores por transf. e subsídios	1 337	7 692	-6 356	-82,62%
Pessoal	0	0	0	-
Credores por acréscimos de gastos	525 985	637 102	-111 117	-17,44%
Credores por subscrições não liberadas	17 352	17 352	0	0,00%
Cauções	1 606	1 606	-0	0,00%
Sindicatos	0	0	0	-
Outros credores	100	14 963	-14 863	-99,33%
Total	546 380	678 715	-132 335	-19,50%

- b. O saldo de “credores por acréscimos de gastos” corresponde aos acréscimos de gastos a reconhecer em 2020 que serão pagos em 2021, anteriormente em POCAL reconhecidos na conta 273, nomeadamente o gasto com férias e subsídio de férias a liquidar em 2021.
- c. Conforme referido no ponto estado passivo, o reconhecimento do encargo da entidade de dezembro com a CGA e SS não deverão corresponder ao conceito de acréscimo, deveria ser reconhecido como dívida na rubrica 245 e refletido orçamentalmente.
- d. Relativamente às retenções pecuniárias o CNC emitiu a FAQ 28 que refere: o caso de o mecanismo ser por retenção, é registado o pagamento orçamental pelo montante bruto e, simultaneamente, reconhecido na conta 07 “Operações de tesouraria” o montante da caução ou garantia obtida deste modo. A subconta 0713 “Constituição e reforço de cauções e garantias”





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

poderá ser subdividida para cada entidade terceira entre constituição e reforço. Na contabilidade financeira estas operações são registadas na conta 277 “Cauções”.

- e. Relativamente as garantias e seguros prestados em papel, devem ser reconhecidas em sub-rubrica da 09 - Contas de ordem.
- f. Validámos o saldo da conta.

4.2.15 Diferimentos

- a. Apresenta um saldo de 334 euros, repartido na seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Transf. e subsídios de capital obtidos	0	20 160	-20 160	-100,00%
Outros				
A reconhecer até 12 meses	0	0	0	-
A reconhecer a mais de 12 meses	334	231	103	44,50%
Total	334	20 391	-20 057	-98,36%

- b. Validámos os saldos da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

V- PATRIMÓNIO

4.2.16 Património

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Património/capital	32 258 465	32 258 465	0	0,00%
Reservas	317 625	317 625	0	0,00%
Resultados Transitados	1 406 042	4 523 184	-3 117 141	-68,91%
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0	0	-
Outras variações no património líquido	10 974 510	12 891 333	-1 916 823	-14,87%
Resultado Líquido do Período	-352 617	-1 478 453	1 125 836	-76,15%
Total	44 604 025	48 512 154	-3 908 128	-8,06%

Património/Capital

Manteve o valor de 2019, que validamos.

Reservas

Manteve o valor de 2019, que validamos.

Resultados transitados

- Relativamente a 2019 esta conta teve uma variação negativa de 3.117.141 euros, que derivam da aplicação de resultados do ano de 2019 e a ajustamentos decorrentes da aplicação pela 1ª vez do novo normativo contabilístico (adoção retrospectiva de vidas úteis do CC2, no valor de 4,13 milhões de euros, desreconhecimento de ativos tangíveis e intangíveis).
- Validámos o saldo da conta.

Outras variações no património líquido

- A variação verificada nesta rubrica tem em conta a alterações entre contas com a aplicação do SNC-AP. Assim, passou a ser considerado património as Transferências e subsídios para a aquisição de ativos depreciables. Validamos o saldo da conta.
- A aplicação pela 1ª vez do SNC-AP conduziu à reclassificação para Património Líquido do montante de subsídios para aquisição de ativos depreciables ainda não reconhecido em resultados, que de acordo com o POCAL era considerado um passivo (diferimento).





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c. Assim são reconhecidas em “outras variações de património líquido” as transferências e os subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (conta 5931), transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables (conta 5932) e outras transferências e subsídios de capital (conta 5933) e desde que não existam condições.

Resultados Líquidos

Trata-se dos resultados apurados na demonstração dos resultados que foram negativos em 352 617 euros.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Nominal	%
Impostos, contribuições e taxas	1 345 713	1 497 338	-151 625	-10,13%
Vendas	236 598	218 673	17 926	8,20%
Prestações de serviços e concessões	1 202 277	1 036 918	165 359	15,95%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 376 641	5 987 078	389 563	6,51%
Variações nos inventários da produção	0	0	0	-
Trabalhos para a própria entidade	149 770	148 453	1 317	0,89%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-787 924	-893 524	105 600	-11,82%
Fornecimentos e serviços externos	-1 666 996	-2 127 363	460 367	-21,64%
Gastos com pessoal	-3 282 875	-3 401 825	118 950	-3,50%
Transferências e subsídios concedidos	-1 246 559	-949 353	-297 206	31,31%
Prestações sociais	-89 802	-172 093	82 291	-47,82%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-5 626	-9 633	4 008	-41,60%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	179 432	-374 750	554 182	-147,88%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	-
Imparidade de investim não depreciáveis/amortizáveis	0	0	0	-
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	-
Outros rendimentos	973 783	767 451	206 333	26,89%
Outros gastos	-365 595	-280 147	-85 448	30,50%
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento	3 018 838	1 447 221	1 571 617	108,60%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 359 874	-2 900 472	-459 402	15,84%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	0	0	0	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-341 036	-1 453 251	1 112 214	-76,53%
Juros e rendimentos similares obtidos	103	938	-835	-89,07%
Juros e gastos similares suportados	-11 683	-26 140	14 457	-55,31%
Resultado antes de impostos	-352 617	-1 478 453	1 125 836	-76,15%
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	-
Resultado líquido do período	-352 617	-1 478 453	1 125 836	-76,15%

Os dados comparativos de 2019, têm por base o normativo contabilístico do SNC-AP, por essa razão o resultado líquido apresentado de (1.478.453) euros, não corresponde ao saldo apurado em POCAL, em 2019, no valor de (410.871) euros.

A divergência diz respeito, sobretudo, ao reconhecimento das transferências do FEF de Capital e do artigo 35º da Lei nº 73/2013, que em POCAL eram reconhecidos como proveitos na rubrica 74, afetando o resultado do exercício, e que passaram, de acordo com o SNC-AP, a ser reconhecidas no Património Líquido como outra variação no património líquido, passando a ser reconhecidas na demonstração de resultados, apenas na medida das depreciações dos bens de investimento que financiaram.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.4 Notas à Demonstração de Resultados

4.4.1 Gastos

- a. Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos gastos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b. O arquivo da despesa encontra-se, de uma forma geral documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
- Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c. Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d. Concluimos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

4.4.1.1 Transferências e Subsídios Concedidos

- a. Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Famílias e a Instituições sem fins lucrativos.
- b. Aumentaram, relativamente a 2019, em 19,16%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2020	31-12-2019	Absoluta	%
Transf. correntes concedidas	786 823	635 006	151 817	23,91%
Subsídios correntes concedidos	51 635	0	51 635	-
Prestações sociais concedidas	89 802	172 093	-82 291	-47,82%
Transf. capital concedidas	408 101	314 348	93 753	29,82%
Total	1 336 361	1 121 447	214 914	19,16%

- c. Verificámos e validámos os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d. As transferências são transações sem contraprestação, através das quais uma entidade pública transfere determinada importância para uma outra entidade (por exemplo, uma instituição autónoma ou um município), sem que dela receba qualquer contrapartida. Quando exista uma contrapartida por parte da entidade beneficiária da transferência estamos perante uma prestação de serviços, sujeita à contratação pública.
- e. No final validamos os custos apresentados na rubrica.

4.4.1.2 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

- a. Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b. Testámos o movimento do ano, não existindo ajustamentos a propor.
- c. Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
- Materiais diversos,
 - Água para abastecimento, e
 - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.
- d. O apuramento dos CMVMC'S está de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Existências Iniciais	108 458	124 226	-15 768	-12,69%
Compras	755 306	877 756	-122 450	-13,95%
Existências Finais	75 839	108 458	-32 619	-30,07%
CMVMC	787 924	893 524	-170 837	-19,12%

- e. No final, pudemos validar os gastos do exercício nesta rubrica.

4.4.1.3 Fornecimentos e Serviços Externos

- a. Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2019 para 2020:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2020	31-12-2019	Absoluta	%
Subcontratos e parcerias	477 801	751 548	-273 747	-36,42%
Trabalhos especializados	257 177	359 119	-101 942	-28,39%
Conservação e reparação	172 196	113 625	58 571	51,55%
Outros materiais diversos	37 197	0	37 197	-
Eletricidade	243 976	327 032	-83 056	-25,40%
Rendas e alugueres	90 530	215 296	-124 765	-57,95%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Comunicação	35 479	29 961	5 517	18,41%
Seguros	48 649	46 861	1 787	3,81%
Outros serviços	125 361	182 256	-56 895	-31,22%
Outros fornecimentos e serviços	178 630	101 665	76 965	75,70%
Total	1 666 996	2 127 363	-460 367	-21,64%

- b. Diminuíram, no seu conjunto, relativamente a 2019, cerca de 22%, com especial incidência para as variações nas rubricas:
- i) Subcontratos, com uma diminuição de 36,42%;
 - ii) Trabalhos especializados com uma diminuição de 28,39%;
 - iii) Conservação e reparação com um aumento de 51,55%;
 - iv) Rendas e alugueres com uma diminuição de cerca de 57,95%.
- c. Verificámos e validámos os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas correções a efetuar que foram realizadas pelos serviços do Município.
- d. Da análise efetuada, verificou-se que o arquivo de despesa se encontra bem suportado pelos seguintes documentos:
- Anexo de fatura, com classificação patrimonial;
 - Informação de cabimento e compromisso, nota de encomenda;
 - Comprovativos de não dívida da segurança social e da autoridade tributária;
 - Ordem de pagamento.
- e. Validámos o saldo da conta.

4.4.1.4 Gastos com Pessoal

- a. Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2019 para 2020:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Remunerações dos tit. órgãos de soberania	170 130	130 824	39.306	30,05%
Remunerações do pessoal	2 419 405	2 500 060	-80.656	-3,23%
Pensões	0	4 156	-4 156	-100,00%
Encargos sobre remunerações	535 800	627 116	-91 316	-14,56%
Acid. trabalho e doenças profissionais	18 408	18 623	-215	-1,16%
Outros gastos com o pessoal	72 084	61 340	10 744	17,52%
Outros encargos sociais	67 049	59 706	7 343	12,30%
Total	3 282 875	3 401 825	-118 950	-3,50%

- b. Esta rubrica contempla, no essencial, as remunerações ao pessoal e respetivos encargos a cargo da entidade patronal. Relativamente a 2019, nesta rubrica, verificou-se uma diminuição de 3,5%.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c. Verificamos a concordância global, entre os valores registados como custos comparativamente aos valores da remunerações e abonos processados no ano, não tendo detetado distorções materiais.
- d. Conciliamos os saldos da patrimonial e orçamental e não detetámos distorções materiais.
- e. Validamos os saldos da conta.

4.4.1.5 Depreciações e Amortizações

- a. O seu valor é constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Propriedades de investimento	0	0	0	-
Ativos fixos tangíveis	3 312 954	2 834 641	478 313	16,87%
Ativos intangíveis	46 920	65 831	-18 911	-28,73%
Total	3 359 874	2 900 472	459 402	15,84%

- b. Validamos o saldo da conta

4.4.1.6 Perdas por imparidade

Apresenta um valor 28.933 euros referente a imparidades criadas de contas a receber. Validamos o seu saldo.

4.4.1.7 Outros Gastos

- a. A rubrica contempla, sobretudo, custos relacionados com quotas e taxas diversas.
- b. Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Impostos e taxas	48 550	47 395	1 155	2,44%
Dívidas incobráveis	0	163	-163	-100,00%
Perdas em inventário	0	55 860	-55 860	-100,00%
Gastos investimentos não financeiros	24 197	32 410	-8 213	-25,34%
Outros	292 703	144 261	148 442	102,90%
Total	365 450	280 089	85 361	30,48%

- c. Tiveram um aumento de cerca de 30% em 2019, nomeadamente no reconhecimento de outros gastos.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d. Verificámos e validámos os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- e. Validámos o valor da conta.

4.4.1.8 Gastos por juros e outros encargos

- a. A rubrica compreende juros relativos a empréstimos bancários e outros serviços bancários
- b. Decompõem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Juros e encargos correntes de dívida pública	326	11 675	-11 349	-97,21%
Juros de financiamentos obtidos	9 780	13 430	-3 650	-27,18%
Juros de Locações financeiras	1 577	1 036	542	52,30%
Outros juros	145	58	87	149,52%
Total	11 827	26 198	-14 371	-54,85%

- a. Verificou-se um decréscimo, no conjunto destes gastos, de 2019 para 2020 de 14.371 euros.
- b. Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2019.
- c. Verificamos e validamos os movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- d. Validámos os movimentos da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.4.2 Proveitos

4.4.2.1 Impostos, Contribuições e Taxas

a. Decompõe-se conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Impostos diretos				
Derrama	74 397	109 194	-34 797	-31,87%
IMI	417 058	598 752	-181 694	-30,35%
IUC	147 475	169 280	-21 805	-12,88%
Outros	573 490	531 078	42 412	7,99%
Impostos indiretos	0	9 531	-9 531	-100,00%
Taxas, multas e outras penalidades	133 294	79 504	53 790	67,66%
Total	1 345 713	1 497 338	-151 625	-10,13%

b. Verificaram-se baixas relativamente a 2019:

- no IMI 30,35%,
- na Derrama 31,87%,

E aumentos em:

- Taxas, multas e outras penalidades 67,66%.

c. No cômputo geral, a rubrica teve um decréscimo de cerca de 10%, relativamente a 2019.

d. Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que se distanciavam da normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.

e. Comparámos os valores apresentados com as certidões obtidas da Autoridade Tributária e Aduaneira e concluímos que os rendimentos estão corretamente reconhecidos.

f. No final validámos os saldos.

4.4.2.2 Vendas

a. Relativamente a 2019, verifica-se que, em valor absoluto, se traduziu num aumento de 17.926 euros.

b. A rubrica contempla essencialmente as receitas de água de acordo com quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Mercadorias				
Água	233 373	214 407	18 965	8,85%
Outras mercadorias	0	0	0	-
Produtos acabados e intermédios	3 226	4 265	-1 040	-24,38%
Total	236 598	218 673	17 926	8,20%

- c. Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes, tendo validado os seus movimentos.
- d. No final validámos e aceitámos o saldo da conta.

4.4.2.3 Prestações de Serviços e Concessões

- a. A conta encontra-se dividida na seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Serviços específicos do setor da educação	0	0	0	-
Serviços específicos das autarquias locais	589 768	606 929	-17 161	-2,83%
Concessões	597 458	424 313	173 146	40,81%
Arrendamento	11 155	0	11 155	-
Outros serviços	3 895	5 676	-1 781	-31,37%
Total	1 202 277	1 036 918	165 359	15,95%

- b. Validamos o saldo da conta.

4.4.2.4 Trabalhos para a própria entidade

- a. Apresenta um saldo de 149.770 euros.
- b. Continua a ser desenvolvido o trabalho de melhoramento da contabilidade de custos, com repercussão no melhor apuramento de trabalhos para a própria entidade

4.4.2.5 Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

- a. São contabilizados nesta conta:
- i) Os rendimentos relativos às transferências decorrentes do orçamento de estado.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ii) As transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 593 - Transferências e subsídios de capital.

ii) Os subsídios obtidos por unidades produtivas sem contraprestação, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remuneração dos fatores de produção.

b. Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 802 392	5 462 167	340 225	6,23%
Fundo Social Municipal	145 961	145 961	0	0,00%
Participação no IRS	195 078	200 848	-5 770	-2,87%
Participação no IVA	82 487	0	82 487	-
Outros	119 780	117 016	2 764	2,36%
Serviços e Fundos Autónomos	18 719	28 073	-9 354	-33,32%
Administração local	12 224	11 159	1 065	9,54%
Resto do Mundo	0	21 854	-21 854	-100,00%
Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	-
Total	6 376 641	5 987 078	389 563	6,51%

c. Confirmamos o saldo desta rubrica com as certidões de receita enviada pelas entidades.

d. No cômputo geral, tiveram um acréscimo em 2020, relativamente a 2019, de 6,51%.

e. Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.

4.4.2.6 Reversões

a. Foram reconhecidas reversões no ano de 2020, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
De depreciações e de amortizações	0	0	0	-
Em contas a receber	200 616	0	200 616	-
Em inventários	2 124	0	2 124	-
Total	202 740	0	202 740	-

b. Validamos o saldo.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4.4.2.7 Outros Rendimentos e Ganhos

a. A conta encontra-se desagregada conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2020	31/12/2019	Absoluta	%
Rendimentos suplementares	37 783	81 114	-43 331	-53,42%
Ganhos em inventários	83	4 025	-3 942	-97,94%
Rendimentos em invest. não financeiros	79 709	22 008	57 700	262,17%
Outros	856 208	660 302	195 906	29,67%
Total	973 783	767 451	206 333	26,89%

- b. Analisámos mensalmente a obtenção destes rendimentos, tendo validado os mesmos.
- c. Dizem respeito, essencialmente, a rendimentos relacionados com alienações de ativos e ao reconhecimento de rendimentos referentes à imputação anual de subsídios ao investimento.

4.4.2.8 Juros, dividendos e outros rendimentos similares

a. Esta rubrica contempla:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2018	31-12-2019	Nominal	%
Juros obtidos	103	938	-835	-89,07%
Dividendos obtidos	0	0	0	-
Total	103	938	-835	-89,07%

- b. A conta de juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras é devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. ENDIVIDAMENTO / DÍVIDA TOTAL

- a) Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.
- b) Define ainda o mesmo artigo 52.º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excepcional de dívida, com exceção das que entretanto a legislação veio a reconhecer.
- c) A margem utilizável a 31/12/2019 servirá de base para o acréscimo da dívida a 31/12/2020:

Média das Receita correntes líquidas	8 358 071
Limite da Dívida Total (1,5 vezes média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)	12 537 107
Dívida a 31/12/2019	2 822 298
Margem Absoluta	9 714 809
Margem utilizável a 31/12/2019	1 942 962

- d) A dívida a 31/12/2020 será:

Passivo	3 645 853
(-) Provisões	0
(-) Acréscimos e diferimentos	526 319
(-) Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALEI	
(-) Saldo final de operações de tesouraria	1 697
(-) Fundo de Apoio Municipal	17 352
(-) Empréstimos bancários excluídos do cálculo	319 627
DÍVIDA TOTAL A 31/12/2020	2 780 858

- e) Em 2020 assistiu-se a uma redução da dívida de cerca 42 mil euros.
- f) O limite da dívida para 2021 será:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Média da receita corrente líquida	8 700 976
Limite da Dívida Total	13 051 465
Dívida a 31/12/2020	2 780 858
Margem absoluta	10 270 607

- g) Analisámos os pressupostos e bases de cálculo não tendo sido detetadas distorções relevantes.
- h) Atendendo ao disposto da Lei 50/2012 de 31 de agosto, e da análise que efetuamos às participadas do Município, concluímos que o Município reconhece corretamente as suas participações.
- i) Verificamos que o Município cumpre os limites de endividamento





6. CONTROLO ORÇAMENTAL

6.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores bem como de compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. O orçamento para 2020 aprovado em Assembleia Municipal e as modificações e alterações orçamentais introduzidas durante o ano, apresenta-se como se segue:

Tipo	Orçamento Inicial		Orçamento Corrigido	
	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas
Correntes	7 383 135	9 032 173	8 216 726	9 687 729
Capital	5 711 726	4 062 588	5 251 688	2 754 750
Reposições	0	100	0	10 900
Saldo de Gerência	0	0	0	1 015 035
	13 094 861	13 094 861	13 468 414	13 468 414

4. As modificações e alterações orçamentais, provocaram, relativamente ao orçamento inicial, um acréscimo das despesas correntes em cerca de 11%.

6.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2019.
2. Em termos de rácios optámos por analisar os seguintes:

Rácios	31/12/2020	31/12/2019
Peso da Receita Própria na Receita Total	24,24%	22,07%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	141,69%	117,08%
Peso da Despesa Corrente na Despesa Total	64,21%	69,38%
Peso da Despesa de Capital na Despesa Total	35,79%	30,62%
Peso das Despesas de Pessoal nas Despesas Correntes	50,10%	46,79%
Peso das Despesas de Capital na Despesa Corrente	55,73%	44,13%
Peso do Serviço da Dívida na Despesa Total	6,00%	6,52%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	70,96%	68,05%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- a. O **peso da receita própria na receita total** aumentou relativamente a 2019. O peso relativo das receitas próprias aumentou de 22,07% em 2019 para 24,24% em 2020.
- b. A receita corrente continuou a superar a despesa corrente. No ano de 2020 o nível de cobertura foi de 141,69%. Em 2019 havia sido de 117,08%.
- c. O **peso da despesa corrente na despesa total** em 2020 (64,21%) apresenta-se inferior aos valores de 2019 (69,38%).
- d. Cenário contrário verifica-se no peso das **despesas de capital na despesa total** que de 30,62% em 2019 aumentou para 35,69% em 2020.
- e. O **peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** apresenta-se superior ao ano de 2019. Em termos absolutos, este tipo de despesas diminuiu 66.615€.
- f. **As despesas de capital** equivalem em 2020 a 55,73% das despesas correntes, sendo superiores aos valores de 2019.
- g. Também o peso do **serviço da dívida** (juros+amortizações) **na despesa total** foi em 2020 de 6% quando em 2019 havia sido de 6,52%.
- h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) teve um ligeiro acréscimo de 68,05% em 2019 para 70,96% em 2020.





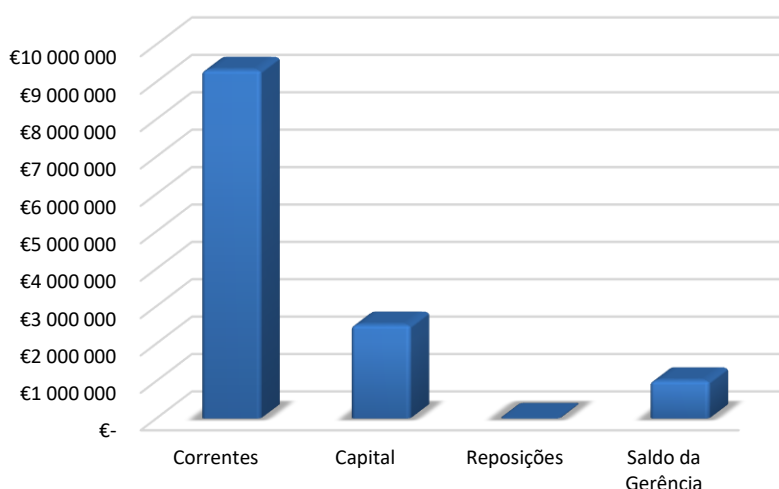
6.3 Análise das Despesas e Receitas Municipais

6.3.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em 2020:

Receitas	Previsões Corrigidas	Estrutura	por cobrar início período	Cobrada Líquida	Estrutura	por cobrar final período	Grau de Execução (%)	
							2019	2020
							Correntes	9 687 729
Capital	2 754 750	20,45%	219 275	2 504 985	19,50%	19 078	55,11%	90,93%
Reposições	10 900	0,08%	0	10 801	0,08%	0	9374,43%	99,10%
Saldo da Gerência	1 015 035	7,54%	0	1 015 035	7,90%	0	100,00%	100,00%
Totais	13 468 414	100,00%	420 357	12 849 322	100,00%	265 349	86,61%	95,40%

2. Das receitas previstas corrigidas, foram executadas, 96,19% das correntes e 93,38% das de capital, sendo que a execução global da receita é de 95,4%
3. Se comparada a execução da receita com a de 2019 verifica-se que a execução global passou de 86,61% em 2019 para 95,4%, em 2020.
4. A execução da receita ultrapassa o limite dos 85%. Caso este limite não seja ultrapassado em dois anos consecutivos pode trazer, ao abrigo do artº 56º da Lei 73/2013, consequências financeiras para o Município, havendo um alerta precoce.
5. Graficamente, a execução da receita, apresenta-se do seguinte modo:





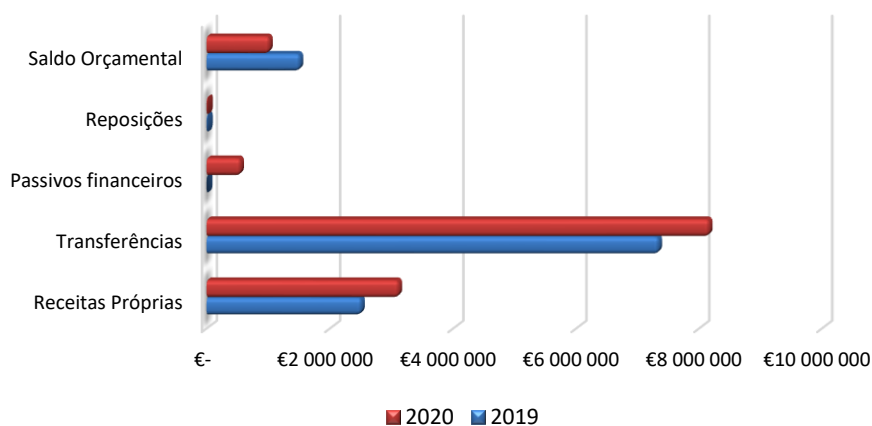
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

6. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2019 e de 2020 apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	2019 (€)	2020 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Receitas Próprias	2 508 401	3 114 571	606 170	24,17%
Transferências	7 338 809	8 160 895	822 086	11,20%
Passivos Financeiros	0	548 020	548 020	-
Reposições	9 374	10 801	1 427	15,22%
Saldo Orçamental	1 509 745	1 015 035	-494 710	-32,77%
Totais	11 366 329	12 849 322	1 482 993	13,05%

7. O que graficamente se apresenta como se segue:



8. Continua a verificar-se, a par das receitas próprias (acrécimo de 24,17%) um forte peso das Transferências do estado que representam em 2020, 63,51%, com um aumento em termos reais de 822.086€.

9. Para as receitas do ano, ainda que em menor valor, contribuíram ainda, os saldos de gerências. Representaram 13,28% em 2019 e 7,9% em 2020.

10. No cômputo geral, a execução da receita em 2020 teve um comportamento superior ao do ano de 2019.





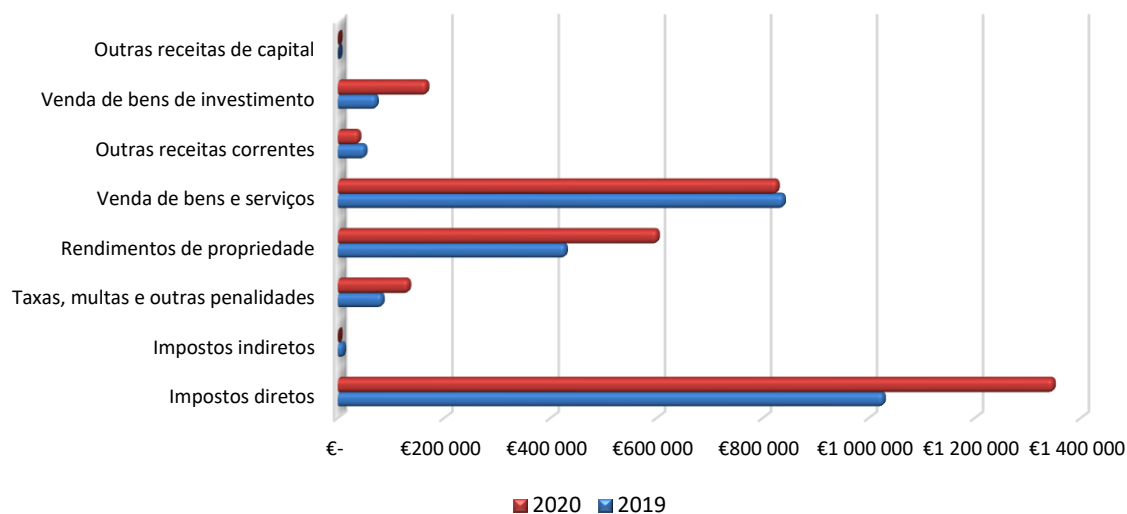
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

11. Quanto às receitas próprias apresentaram o seguinte grau de execução nos anos de 2019 e de 2020:

RECEITAS PRÓPRIAS				
Rubricas	2019 (€)	2020 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Impostos Diretos	1.027.244	1.348.014	320.770	31,23%
Impostos Indiretos	9.609	0	-9.609	-100,00%
Taxas Multas e O. Penalidades	82.877	132.731	49.854	60,15%
Rendimentos de Propriedade	427.853	601.040	173.187	40,48%
Venda de Bens e Serviços Correntes	838.578	826.915	-11.663	-1,39%
Outras Receitas Correntes	50.484	38.882	-11.601	-22,98%
Venda de bens de Investimento	71.756	166.988	95.231	132,71%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	-
Totais	2.508.401	3.114.571	285.400	11,38%

12. O que graficamente se traduz em:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

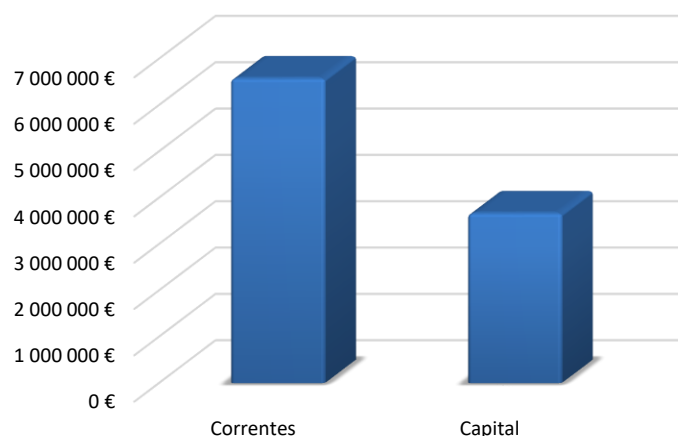
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

6.3.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2019 e de 2020:

Mapas da Despesa 2020 (€)								
Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos	Despesas pagas total	Estrutura	Compromissos por pagar	Grau de Execução	
							2019	2020
Correntes	8 216 726	61,01%	9 259 632	6 576 455	64,21%	791 007	87,96%	80,04%
Capital	5 251 688	38,99%	11 515 161	3 665 151	35,79%	1 323 846	63,94%	69,79%
Total	13 468 414	100,00%	20 774 793	10 241 606	100,00%	2 114 852	78,89%	76,04%

2. O que graficamente se traduz em:



3. Verifica-se que o grau de execução da Despesa foi de 76,04% em 2020, ligeiramente abaixo da execução de 2019 que foi de 78,89%. A despesa líquida corrente paga foi de 80,04% da dotação para o ano em 2020, em 2019 havia sido de 87,96%.

4. A despesa em 2020 foi inferior à de 2019 em cerca de 1%.





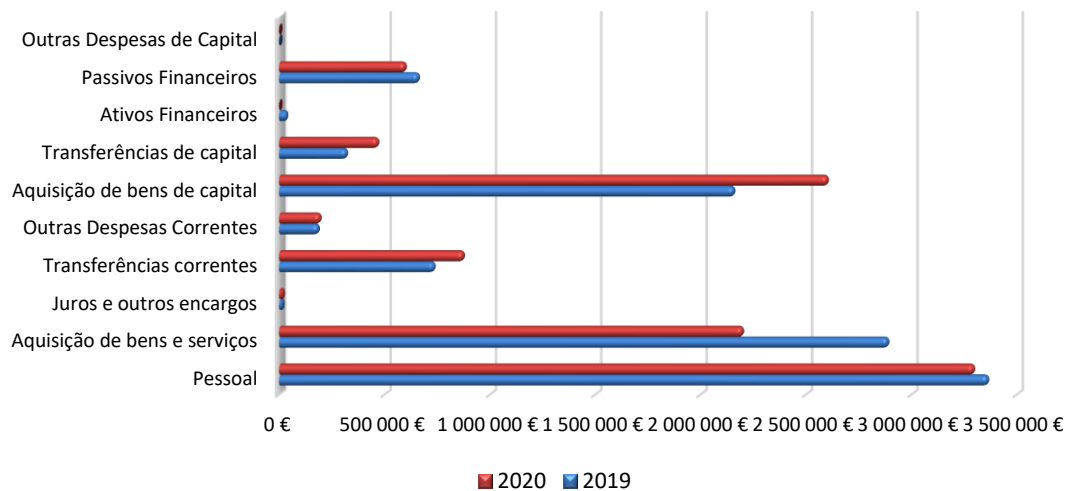
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. A estrutura da Despesa Municipal em 2019 e em 2020 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Rubricas	2019	2020	Variação	
			Real (€)	%
Pessoal	3 361 143	3 294 528	-66 615	-1,98%
Aquisição de bens e serviços	2 887 649	2 198 351	-689 298	-23,87%
Juros e outros encargos	14 905	16 808	1 903	12,77%
Transferências correntes	734 368	873 441	139 074	18,94%
Outras Despesas Correntes	184 955	193 327	8 373	4,53%
Correntes	7 183 018	6 576 455	-606 563	-8,44%
Aquisição de bens de capital	2 157 025	2 600 707	443 682	20,57%
Transferências de capital	318 317	466 917	148 600	46,68%
Ativos Financeiros	34 704	0	-34 704	-100,00%
Passivos Financeiros	659 883	597 526	-62 357	-9,45%
Outras Despesas de Capital	0	0	0	-
Capital	3 169 930	3 665 151	495 221	15,62%
Total	10 352 948	10 241 606	-111 342	-1,08%

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2020:

- Continua a ser forte o peso das despesas pagas com o pessoal nas Despesas do Município, que representam 32,17% do total em 2020. Em termos reais tiveram uma diminuição de 66.615€.
- Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2019, 27,89% do total das despesas, Em 2020, situam-se em 21,46%.
- As transferências correntes pagas aumentaram de 7,09% do total da despesa em 2019 para 8,53% em 2020.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital apresentam um peso de cerca de 25,39% das despesas totais, superior a 2019. Em termos reais verificou-se um aumento de 443.682€.
- e. Os passivos financeiros pagos diminuíram, em valor real, em 62.357€.

6.4 Fundos disponíveis

1. Da análise aos compromissos e despesa paga reportados no mapa de controlo orçamental da despesa e no mapa de pagamento em atraso concluímos que não existem pagamentos em atraso, não tendo sido detetadas anomalias.
2. Foram analisados os processos de contratação pública por forma a aferir do cumprimento legal e formal dos mesmos.

6.5 Contratação Pública

1. Foi conciliada a informação obtida com os dados extraídos do BASEGOV.
2. Não foram detetadas distorções relevantes.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

6.6 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2020, é apresentada no quadro seguinte:

Rubricas	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Funções Gerais						
Serviços gerais de Adm. Pública	1 115 806	128 000	737 005	957 143	85,78%	136,21%
Segurança e Ordem Públicas	52 000	10 000	36 500	44 618	85,80%	130,84%
Funções Sociais						
Educação	42 990	330 000	34 148	23 680	55,08%	15,50%
Segurança e Ações Sociais	54 200	320 000	104 413	49 160	90,70%	41,04%
Habitação e serviços coletivos	1 165 446	3 417 000	1 848 102	552 407	47,40%	52,38%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 012 440	7 102 000	1 732 664	820 687	81,06%	31,47%
Funções Económicas						
Agricult., pecuária, silvicult., caça, pesca	1 000	4 000	0	924	92,40%	18,48%
Indústria e energia	443 804	2 072 882	12 332	79 171	17,84%	3,64%
Transporte e comunicações	62 688	30 000	5 595	27 662	44,13%	35,88%
Comércio e turismo	470 230	215 000	23 924	337 635	71,80%	52,76%
Outras funções económicas	1 500	20 000	0	0	0,00%	0,00%
Outras Funções						
Operações da dívida autárquica	715 584	3 205 134	4 084 437	688 766	96,25%	121,74%
Transferências entre administrações	96 000	1 000	34 500	66 020	68,77%	103,63%
Diversas não especificadas	18 000	62 352	340 811	17 277	95,98%	445,65%
Total	5 251 688	16 917 368	8 994 429	3 665 151	69,79%	57,10%

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2020 representa 69,79% do total previsto para o ano.
3. As rubricas que mostraram maior índice de execução no ano são:
 - . Segurança e ações sociais (90,70%)
 - . Serviços culturais, recreativos e religiosos (81,06%)
 - . Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca (92,40%)
 - . Operações da dívida autárquica (96,25%)
4. O nível de execução Global do PPI está nos 57,1% no final do ano.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

7. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

“2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

“4- Para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo”.

E no artigo 83º:

“Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato”.

2. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 622.380€, de acordo com o quadro seguinte:

N.º contrato	Prazo do contrato em anos	Anos remanescentes	Capital		Dívida no final do período a 31/12/2013	Amort Média empréstimos
			Contratado	Utilizado		
114000872291	20	7	997 596	997 596	508 342	72 620
9015004350291	15	7	697 525	697 525	373 064	53 295
226243080006	15	7	186 398	186 398	105 688	15 098
3390168830003	15	8	882 666	882 666	619 836	77 480
9015004982991	15	8	700 000	700 000	435 198	54 400
3390168830006	15	8	163 531	163 531	117 630	14 704
3390168830007	15	8	500 000	500 000	359 445	44 931
3390168830005	15	8	465 380	465 380	334 557	41 820
3390168830008	15	9	573 432	573 432	424 162	47 129
9015005722891	20	15	1 000 000	1 000 000	809 505	53 967
9015005770891	20	15	300 000	300 000	242 851	16 190
9015005771691	20	15	683 500	683 500	553 297	36 886
3390168830009	20	16	122 607	122 607	116 582	7 286
3390168830010	20	16	126 636	126 636	118 839	7 427
3390168830011	20	16	412 010	207 402	194 632	12 164
0347FEDER001137	8	7	102 463	102 463	102 463	14 638
915/007877/291	10	10	158 107	158 107	158 107	15 811
0114/004305/691	15		548 020	548 020		36 535
Total			8 619 871	8 415 263	5 574 196	622 380

3. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Equilíbrio Orçamental 2020	
Receita corrente bruta Cobrada	9 324 283
Saldo de gerência a)	833 591
Despesa corrente paga	6 576 455
Amortização emp ^{os} ML Prazo	622 380
Excedente	2 959 038

a) Nos termos do nº5 do artigo 40º da Lei 73/2013, concorre para o cálculo do equilíbrio orçamental, a proporção do saldo de gerência que se destine a financiar despesa corrente.

4. O Município está em equilíbrio orçamental

8. CONTABILIDADE DE GESTÃO

1. A contabilidade de gestão revela-se de extrema importância, uma vez que permite às entidades maior rigor na gestão de recursos ao seu dispor, de modo a administrar de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.
2. O processo de desenvolvimento da Contabilidade de Gestão encontra-se em fase de implementação, não sendo possível, neste momento, de gerar *outputs* para a sua correta utilização.
3. O Município espera no decorrer de 2021, concluir este processo e preceder de acordo com a NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

9. CONTROLO INTERNO

1. Analisámos o funcionamento do controlo interno que está moldado em regulamento próprio.
2. É nosso entendimento que o sistema funciona bem ainda que se mantenha a necessidade dos ajustamentos propostos em relatórios anteriores, nomeadamente:





10. PLANO PREVENÇÃO RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES

1. O Plano de prevenção de riscos de gestão incluídos os de corrupção e infrações é de 2017, e não sofreu qualquer alteração.
2. O Plano deve ser atualizado tendo em conta a atualização da norma de controlo interno.
3. É necessário que exista monitorização do Plano.

11. FACTOS SUBSEQUENTES

Não existem fatos subsequentes.

12. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

O Relatório de Gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e a Entidade não divulgou as razões para esta insuficiência.

13. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade.

14. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que contém aspetos a ter em conta, consubstanciado em duas ênfases.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

14.1 Reservas

Não existem Reservas.

14.2 Ênfases

Ficam a dever-se aos factos que considerámos que, ainda que podendo afetar as demonstrações financeiras, não as afetam como um todo, uns por serem de pequeno significado outros por não se deverem à forma como o Município as considera, mas a entendimentos externos:

- a. De acordo com a nota 1.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras o requisito da comparabilidade encontra-se prejudicado, pelo fato da informação comparativa ter por base informação não reclassificada para o novo normativo do SNC-AP.
- b. Conforme nota 1.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o Município irá adotar o princípio previsto na IPSAS 33, que permite que no período de transição de 3 anos, seja possível efetuar correções ao balanço de abertura, nomeadamente a aplicação da NCP 4-Acordos de concessão de serviços e outras Normas de Contabilidade Pública com implicação no saldo de abertura.

15. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Divisão de Finanças e Aprovisionamento, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 25 de junho de 2021

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, LDA

Representada por

Luís Guerra Marques - ROC nº 620

